

DESIGUALDADES SOCIAIS EM MEIO URBANO: por uma justiça espacial ?

social inequalities in the urban environment: towards a spatial justice?

Rubenilson Brazão Teixeira*

RESENHA DE: MUSSET, Alain (org.). **Ciudad, sociedad, justicia**: um enfoque espacial y cultural. Mar Del Plata: EUDEM, 2010.

As desigualdades sociais no meio urbano constituem um campo fértil para a reflexão e para a pesquisa acadêmica. Desde, pelo menos, a década de 1960, muitas têm sido as investigações que tratam dessa temática na América Latina, mas também na América do Norte e na Europa, aparecendo frequentemente, total ou parcialmente, em temáticas afins. Assim, estudos sobre “segregação socioespacial”, “marginalização urbana”, “exclusão social”, “expolição urbana”, “direito à cidade”, “participação”, “reforma urbana” ou, ainda, mais recentemente, “mobilidade urbana”, entre outros, abordam, de uma forma ou de outra, as desigualdades sociais em meio urbano, mesmo que, muitas vezes, apenas implicitamente. Essas temáticas afins podem ser de natureza meramente teórico-conceitual, quando discutem, por exemplo, o conceito, significados e limites da “participação popular” frente ao Estado, ou de natureza prática, quando investigam realidades urbanas concretas por meio de estudos de caso como, por exemplo, o processo de expulsão de uma comunidade urbana de baixa renda em face da especulação imobiliária.

Os estudos sobre as desigualdades sociais em meio urbano e de suas temáticas afins têm incorporado pelo menos duas dimensões. A primeira, muito comum, é de natureza físico-espacial. Abordada nos estudos clássicos como mero reflexo social, a dimensão físico-espacial passou a ser encarada em épocas mais recentes também como um elemento que dialeticamente reforça e condiciona as desigualdades sociais, levando à noção de que as desigualdades em meio urbano não são apenas sociais, mas também espaciais, e que as duas se relacionam dialeticamente entre si. Como regra geral, pode-se afirmar que as desigualdades espaciais são tão mais intensas quanto forem as desigualdades sociais às quais elas estão atreladas. Perceptível em qualquer escala territorial, da local à global, essa relação dialética o é ainda mais na escala do urbano.

A segunda dimensão presente nos estudos sobre as desigualdades sociais em meio urbano e de suas temáticas afins parece ser menos frequente: trata-se do desenvolvimento de um corpo teórico e prático sobre a justiça numa perspectiva urbana, ou de certa noção de justiça (melhor dizendo, injustiça) social e particularmente espacial que se revela nos ambientes urbanos. O próprio termo “desigualdade” já parece indicar um estado de insatisfação, consciente ou não, com uma determinada realidade, que pode implicar, muitas vezes, em certa noção de injustiça. A pouca frequência dessa segunda dimensão nos estudos decorre inicialmente de uma dificuldade filosófica, mas também cultural e historicamente delimitada do significado e natureza da própria “justiça”. Existe, por ventura, algo universalmente aceito como “justo”? Até que ponto o modo com era entendida ou aplicada determinada noção de justiça no século XVIII, por exemplo, pode ser compreendida e quiçá adaptada à contemporaneidade, para uma dada sociedade urbana? Qual o papel da cultura, das capacidades individuais e coletivas no estabelecimento da justiça? Em segundo lugar, a justiça tem necessariamente uma dimensão moral e envolve certo juízo de valor. Ora, discussões acadêmi-

(* Prof. Dr. da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - Deptº. de Arquitetura e Urbanismo, Av. Sen. Salgado Filho, 3000. CEP: 59000000 - Natal (RN) - Brasil, Tel: (+ 55 84) 3215 3720 - teixeira@ufrnet.br

cas envolvendo questões morais têm se restringido tradicionalmente a alguns campos específicos como a filosofia, a psicologia, a antropologia e a teologia, não sendo uma reflexão muito comum em campos disciplinares que se dedicam à cidade.

Ora, é justamente esse o objetivo do livro *Ciudad, sociedad, justicia*: um enfoque espacial y cultural. Ele apresenta a proposta de discutir a justiça como conceito adaptado aos estudos que analisam as desigualdades sociais em meio urbano. Nessa discussão, avança sobre questões filosóficas, antropológicas, arquitetônicas, geográficas e históricas sobre a justiça, particularmente sobre a justiça social e a justiça espacial. A sua grande contribuição reside no fato de que, quando se considera o universo bastante fecundo de estudos e pesquisas sobre as desigualdades sociais no meio urbano e suas temáticas afins, o termo “justiça espacial” não aparece com muita frequência, sendo uma expressão relativamente pouco conhecida, pelo menos em se tratando da realidade brasileira. De fato, abundam, no Brasil, estudos que analisam conceitos e práticas sobre temáticas como as de “marginalidade urbana” ou “segregação socioespacial”, entre outras citadas acima, muitas das quais caíram em desuso ao longo dos anos uma vez que os próprios termos são superados ou abandonados em detrimento de outros. Contudo, são ainda raros os estudos específicos sobre a chamada “justiça espacial”. Portanto, a discussão do que seja justiça espacial em meio urbano, seus limites e implicações, por si só, já suscitam grande interesse, especialmente ao público acadêmico brasileiro.

O livro é uma obra coletiva, fruto da colaboração entre a Universidade de Mar del Plata, a Universidade Paris X – Nanterre e a Escola de Autos Estudos em Ciências Sociais de Paris (EHESS). Numa proposta comparativa, reúne doze estudos de autores e pesquisadores da América Latina, Europa e América do Norte sobre a evolução das sociedades urbanas, fundamentando-se para tanto, como bem indica o seu título, num tripé analítico envolvendo a cidade, a sociedade e a justiça e explorando diversos entrelaçamentos possíveis entre os três. Parte do pressuposto de que o território, muito mais do que um mero cenário ou palco onde se expressam fisicamente as desigualdades sociais e econômicas, desempenha um papel relevante na estruturação e desenvolvimento das injustiças sociais. Os ensaios nele contidos dizem respeito aos campos disciplinares os mais diversos, como a história, a geografia, a arquitetura, a sociologia e a antropologia, cruzando análises teóricas com experiências e práticas contemporâneas sobre a injustiça.

O livro se inicia com uma reflexão de Philippe Gervais-Lambony, Frédéric Dufaux e Alain Musset sobre os estudos urbanos e a justiça espacial. Os autores tentam demonstrar que ainda que as teorias sobre a justiça tentem descartá-lo, “o espaço físico, topográfico e social” tem sentido e relevância no entendimento da própria justiça. Eles discorrem sobre temas como a governabilidade, a desigualdade, a vulnerabilidade social, a natureza da “justiça” e da “justiça espacial”, apoiando-se, para esses últimos temas em particular, em estudos como os de Iris Marion Young, John Rawls, David Harvey e Alain Reynaud.

Organizado em três partes, o compêndio reúne quatro estudos por parte, cada uma delas tratando de uma temática específica. Assim, a primeira parte, intitulada “culturas urbanas e injustiças sociais”, abarca os trabalhos que tratam das culturas urbanas, as injustiças sociais e o território; na segunda parte, denominada “expressões territoriais da injustiça”, se agrupam os estudos que demonstram como as injustiças se expressam no território, fazendo-se uso de enfoques metodológicos emprestados da história, da geografia e da sociologia; na terceira parte, “experiências e práticas da injustiça”, estão as investigações sobre as experiências e práticas da injustiça espacial por intermédio de estudos de campo que incorporam as percepções e visões dos habitantes urbanos, o trabalho de campo dos pesquisadores e o compromisso político dos cidadãos. Trata-se, enfim, de uma coletânea de doze ensaios de diversos autores sobre realidades urbanas de diferentes continentes, os quais, infelizmente, não poderão ser apresentados, nem mesmo resumidamente, nos limites desta resenha.

Nas conclusões, intituladas “sociedade equitativa, cidade justa e utopia”, o organizador do livro, o professor Alain Musset, aprofunda teoricamente os temas que perpassam os diversos trabalhos reunidos no livro. Partindo da atualidade do tema da justiça num mundo globalizado, passando por



questões de ordem política ligadas à justiça, o autor analisa uma gama de assuntos teóricos e suas possíveis aplicações em busca de uma sociedade justa, inclusive no que tange às suas espacialidades urbanas. Discute, a partir de Marx, John Rawls, Platão e Saint-Simon, os parâmetros importantes para constituir uma sociedade equitativa para além de um contexto puramente teórico. Segundo o autor, os doze trabalhos do livro trazem uma contribuição a essas discussões teóricas ao incorporarem a expressão territorial das desigualdades sociais e da fragilidade de sistemas urbanos muitas vezes sujeitos a enormes tensões. Termina fazendo uma série de considerações sobre o “manifesto por uma cidade justa”, demonstrando o quanto é difícil chegar a alguma conclusão objetiva sobre um assunto tão complexo, que permanece em aberto. De fato, discutir a questão da justiça e em particular a “justiça espacial” em nossas cidades, e tentar visualizar possibilidades de sua realização plena continuam sendo um enorme desafio. Por isso, a pertinência da pergunta que ensejou esta resenha: é realisticamente possível construir uma justiça espacial na cidade? Como toda utopia, ela pode não ser jamais alcançada, mas a busca deve ser, assim mesmo, constante.

Trabalho enviado em agosto de 2011
Trabalho aceito em setembro de 2011

